



CÂMARA DOS DEPUTADOS

***PROJETO DE LEI N.º 2.105, DE 2023** **(Do Sr. Daniel Agrobom)**

Altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para estabelecer a impenhorabilidade de bens e quantias nas hipóteses que especifica.

DESPACHO:

À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA
(MÉRITO E ART. 54, RICD)

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

S U M Á R I O

I - Projeto inicial

II - Projetos apensados: 2612/24 e 4646/24

(*) Avulso atualizado em 17/3/25 para inclusão de apensados (2).

PROJETO DE LEI Nº , DE 2023

(Do Sr. DANIEL AGROBOM)

Altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para estabelecer a impenhorabilidade de bens e quantias nas hipóteses que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 833.

.....

XII - os créditos oriundos de alienação de unidades imobiliárias, sob regime de incorporação imobiliária, vinculados à execução da obra;

XIII - as quantias e bens recebidos pelas organizações religiosas ou templos de qualquer culto a título de contribuição sob a forma de doações, dízimos e ofertas.

.....” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

As organizações religiosas exercem importante papel no âmbito da vida social, fomentando valores éticos e culturais e a paz social, oferecendo apoio e conforto espiritual às pessoas que frequentam os seus templos e cultos e estimulando a convivência social e comunitária.

Além disso, tais organizações muitas vezes ainda prestam serviços complementares aos proporcionados pelo Estado brasileiro, desenvolvendo atividades de proteção à família, à maternidade, à criança e ao



adolescente, ao idoso e à pessoa com deficiência, amparando pessoas e famílias hipossuficientes e promovendo a integração ao mercado de trabalho, sobretudo naquelas regiões em que o aparato do Estado não consegue alcançar de maneira ampla e eficaz as pessoas e comunidades.

É de conhecimento notório, por sua vez, que, para realizarem os seus cultos, manterem e preservarem os respectivos templos e locais de culto e ainda desenvolverem as suas outras atividades, as organizações religiosas dependem, em grande medida, das contribuições recebidas sob a forma de doações, dízimos e ofertas.

Assim, nada mais apropriado se afigura, para a sobrevivência das organizações religiosas e o bom funcionamento das atividades que desenvolvem, que as quantias e bens recebidos por tais organizações e templos de qualquer culto a título de contribuição sob a forma de doações, dízimos e ofertas gozem da proteção do manto legal da impenhorabilidade.

Com esse escopo, ora propomos o presente projeto de lei destinado a tornar impenhoráveis as quantias e bens aludidos mediante previsão específica a ser inserida no rol próprio do art. 833 do Código de Processo Civil (Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015).

Certo de que a relevância deste projeto de lei e os benefícios que dele poderão advir serão percebidos pelos meus ilustres Pares, esperamos contar com o apoio necessário para a sua aprovação.

Sala das Sessões, em de de 2023.

Deputado DANIEL AGROBOM

2023-3719



LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG
Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL
Seção de Legislação Citada - SELEC

LEI Nº 13.105, DE 16 DE
MARÇO
DE 2015
Art. 833

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:201503-16;13105>

PROJETO DE LEI N.º 2.612, DE 2024
(Do Sr. Aureo Ribeiro)

Regulamenta o art. 5º, inciso VI, da Constituição Federal, para dispor sobre a impenhorabilidade dos bens das entidades religiosas.

DESPACHO:
APENSE-SE À(AO) PL-2105/2023.



Câmara dos Deputados

PROJETO DE LEI Nº de 2024 (DO SR. AUREO RIBEIRO)

Altera o art. 833 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, para dispor sobre a impenhorabilidade dos bens das entidades religiosas.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, para dispor que bens das entidades religiosas e templos de qualquer culto, inclusive suas organizações assistenciais e beneficentes, sejam impenhoráveis.

Art. 2º O art. 833 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, passa a vigorar com o seguinte inciso XIII:

“Art. 833

.....

XIII – os bens de entidades religiosas e templo de qualquer culto, inclusive suas organizações assistenciais e beneficentes.

.....”

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O projeto de lei estabelece que os bens das entidades religiosas e templos de qualquer culto, inclusive suas organizações assistenciais e beneficentes, são impenhoráveis. O objetivo é reforçar e garantir a liberdade religiosa e a proteção aos locais de culto no Brasil.





Câmara dos Deputados

No contexto da sociedade brasileira, as entidades religiosas assumem um papel crucial, não apenas no âmbito espiritual, mas também na esfera social. Através de suas diversas atividades assistenciais e beneficentes, é oferecida à população apoio em diversas situações de vulnerabilidade, promovendo a educação, a saúde, a cultura e a recuperação de dependentes químicos.

Na linha da relevância social dessas entidades, a Constituição Federal, em seu artigo 5º, assegura a proteção aos locais de culto e a liberdade religiosa. Complementando essa proteção, também é garantida a imunidade tributária das igrejas e suas organizações.

A impenhorabilidade dos bens religiosos se configura como a extensão natural e necessária da imunidade tributária. Sem essa proteção, as entidades religiosas estariam sujeitas à penhora de seus bens para pagamento de dívidas e determinados tipos de perseguição pelo Estado, o que colocaria em risco a sua própria existência e a sua capacidade de cumprir suas funções.

Além disso, a penhora dos bens religiosos geraria um impacto negativo na própria sociedade, agravando os problemas sociais e dificultando a construção de um país mais justo e solidário.

Diante dos argumentos apresentados, torna-se evidente a necessidade de garantir a impenhorabilidade dos bens das entidades religiosas e templos de qualquer culto, inclusive suas organizações assistenciais e beneficentes.

Essa medida se configura como um passo fundamental para fortalecer o Estado Democrático de Direito, proteger os direitos fundamentais da liberdade religiosa e da assistência social, e promover o bem-estar da sociedade como um todo.

Assim, solicito aos pares o apoio para a aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões, em de de 2024

Deputado Federal AUREO RIBEIRO





Câmara dos Deputados

Solidariedade/RJ

Apresentação: 27/06/2024 14:13:24.747 - MESA

PL n.2612/2024



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD242624028800>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Aureo Ribeiro



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

**LEI Nº 13.105, DE 16 DE
MARÇO DE 2015**

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:201503-16:13105>

PROJETO DE LEI N.º 4.646, DE 2024

(Do Sr. Gilvan Maximo)

Determina a impenhorabilidade de templos religiosos e das Santas Casas de Misericórdia.

DESPACHO:
APENSE-SE À(AO) PL-2612/2024.

PROJETO DE LEI No , DE 2024

(Do Gilvan Maximo)

Determina a impenhorabilidade de templos religiosos e das Santas Casas de Misericórdia.

Apresentação: 03/12/2024 13:37:33.540 - Mesa

PL n.4646/2024

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta lei determina a impenhorabilidade de templos religiosos e das Santas Casas de Misericórdia, alterando a Lei nº 8.009, de 1990.

Art. 2º A Lei nº 8.009, de 1990, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

“Art. 6A. A impenhorabilidade de que trata esta lei estende-se aos templos religiosos e às Santas Casas de Misericórdia. (AC)”

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O projeto de lei que ora apresento à consideração da Câmara dos Deputados visa a tornar impenhoráveis os templos religiosos e as Santas Casas de Misericórdia.

A lei, há quase vinte anos, tornou impenhorável a casa onde reside a família. Creio ser hora de estendermos essa



impenhorabilidade aos templos religiosos, que são verdadeiras casas onde as pessoas encontram abrigo para sua alma e aonde vão para sentirem-se mais próximas a Deus.

Penso, também, que esse privilégio legal deve abarcar as Santas Casas de Misericórdia, em função do meritório trabalho que efetuam, atendendo os doentes pobres, sem nada pedirem em troca.

Por oportuno, cumpre-nos homenagearmos o autor inicial da proposta, Deputado Mário de Oliveira. Sua proposta foi ao arquivo por força do art. 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e, por achar justo é que vimos reapresentar o presente projeto.

Assim, conto com o apoio dos membros desta Casa, no sentido da aprovação desta proposição.

Sala das Sessões, em 03 de dezembro de 2024.

Gilvan Maximo
Deputado Federal
Republicanos DF



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

**LEI Nº 8.009, DE 29 DE
MARÇO DE 1990**

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:199003-29:8009>

FIM DO DOCUMENTO